O JUDICIÁRIO

JORNAL DA ASSOCIAÇÃO DOS MAGISTRADOS CATARINENSES ■ ANO XI - Nº 88 - OUTUBRO DE 2017 ■ WWW.AMC.ORG.BR

AMC
RUA DOS BAMBUS, 116,
ITACORUBI - FPOLIS (SC)
88034-570

CONGRESSO ESTADUAL

TRE/SC debate reforma política

PÁGS. 8 E 9

OUTUBRO ROSA

AMC arrecada doações para pacientes com câncer

PÁG. 4

Perfil: *O Judiciário* conta a trajetória do Juiz aposentado Pedro Madalena

CONTRACAPA

SOLENIDADE

TJ/SC empossa quatro novos Desembargadores

PÁG. 5

EDITORIAL

Por uma Justiça cidadã

A edição deste mês do jornal O Judiciário traz duas importantes iniciativas de Magistrados catarinenses em favor da Justiça e, sobretudo, da sociedade. A primeira delas refere-se ao projeto idealizado e colocado em prática pela Juíza Quitéria Tamanini Vieira Péres, da 1ª Vara Cível da comarca de Blumenau. No dia 9 de outubro deste ano, ela assinou a Portaria nº 15/2017, que revitaliza o antigo Programa Permanente de Audiências Conciliatórias (PPAC), agora denominado Vamos Conciliar? Por meio do novo programa, os Advogados poderão solicitar, por telefone, a designação de uma sessão de conciliação/mediação em qualquer processo da referia Unidade Jurisdicional, tendo, inclusive, a possibilidade de escolher o conciliador.

Além disso, o Vamos Conciliar? ampliou a realização das sessões de conciliação para contemplar, no início da tramitação, sua designação também nas ações de execução, monitória e nas fases de cumprimento de sentença. Um dos destaques do programa é a possibilidade de realizar conciliações online (grupo de mensagens instantâneas). Caso não seja celebrado acordo (ou o seja apenas parcialmente), as partes e respectivos Advogados poderão solicitar a continuidade das negociações por meio da formação de um grupo para troca de mensagens instantâneas (Whatsapp), administrado pelo(a) respectivo(a) conciliador(a).

Já do Meio Oeste catarinense vem o "Abraço da Paz", que envolveu, no dia 20 de outubro, os moradores das cidades de Capinzal e Ouro. Centenas de pessoas saíram novamente às ruas nas primeiras horas da manhã, vestindo camisetas brancas, para celebrar a paz e estimular a reflexão sobre o tema. A iniciativa foi instituída em 2006 pelo Juiz Alexandre Dittrich Buhr, durante o período em que atuou no Poder Judiciário de Capinzal, e foi realizada até 2010. Atualmente o Magistrado está na cidade de Joaçaba.

> Para além da alta carga de processos, muitos Magistrados têm se dedicado a construir pontes com a sociedade, com iniciativas que contribuem para o fortalecimento da cidadania

O evento integrou a Semana Municipal da Cultura pela Paz, cujo tema foi trabalhado nas escolas do município, entre os dias 5 e 12 de outubro. A organização esteve a cargo das administrações municipais de Capinzal e Ouro com o apoio direto do Lions Clube, CDL, ACIRP, AMPECO e das demais entidades representativas.

Importante salientar que estas não são ações isoladas. Para além da alta carga de processos que são analisados diariamente pelos Magistrados de todo o Estado, muitos têm se dedicado a construir pontes com a sociedade, com iniciativas que contribuem, acima de tudo, para o fortalecimento da cidadania.

[MEMÓRIA]

FOTO: ARQUIVO AMC

Desembargador **Nelson Juliano Schaefer Martins** fazendo uso da palavra durante encontro com a participação de Magistrados catarinenses em uma das comarcas do Oeste de Santa Catarina

AMC Associação dos Magistrados Catarinenses

Rua dos Bambus, 116 - Itacorubi, Florianópolis/SC. CEP 88034-570
(48) 3231-3006
imprensa@amc.org.br

www.amc.org.br

Diretoria Executiva

Presidente - Juiz Odson Cardoso Filho
1º Vice-Presidente - Juíza Jussara Schittler dos Santos Wandscheer
2º Vice-Presidente - Juiz Osvaldo João Ranzi

Comunicação Social
Diretor - Juiz Antonio Augusto Baggio e Ubaldo
Diretor Adjunto - Juiz Renato Guilherme Gomes Cunha

O JUDICIÁRIO

Ano IX - nº 88 - Outubro de 2017

Tiragem: 2 mil exemplares

Impressão: Diário Catarinense

Distribuição Gratuita

Jornalista responsável
Fabrício Severino/SC01061-JP

Produção, Textos e Edição
Fabrício Severino
Karina Schovepper

Diagramação e Projeto gráfico
Karina Schovepper

Colaboração
Assessoria de Imprensa do TJ/SC

ARTIGO

Juízes, leis e o eleitor

Volnei Celso Tomazini
Desembargador do TJ/SC

Atribui-se ao filósofo Platão a célebre frase: "O castigo dos bons que não fazem política é serem governados pelos maus". Falta menos de um ano para a realização das próximas eleições, onde serão escolhidos os candidatos aos cargos de Presidente da República, Governadores, além dos cargos a Senadores, Deputados Federais e Deputados Estaduais.

Reporta-se, principalmente, às eleições dos representantes aos cargos dos Poderes Legislativo e Senado, justamente aqueles que são responsáveis pela elaboração e aprovação de leis no âmbito estadual e nacional de nosso país. Cabe aos juízes, como representantes do Estado, apresentar soluções para os conflitos de natureza cíveis, criminais e trabalhistas que surgem no âmbito de sua jurisdição. Dispõe o artigo 140, da lei processual civil, que o juiz não deve se eximir de decidir sob a alegação de lacuna ou obscuridade da ordem jurídica. O juiz só pode decidir por equidade nos casos previstos em lei.

Em síntese, para solucionar os conflitos é da essência do julgador a observância aos ditames da lei. Exceção à esta regra somente pode ocorrer se a legislação, em questão, contrariar dispositivos ou princípios hierárquicos superiores previstos na Constituição Federal. A lei, portanto, como fonte de direito, constitui-se numa regra jurídica criada pelo Poder Legislativo e que todos os integrantes da sociedade devem cumpri-la para fins de harmonizar a convivência das pessoas em sociedade. A lei ideal, portanto, deve ser revestida de legitimidade, autenticidade e representar os princípios elementares e os direitos fundamentais de seus indivíduos. Consequentemente, somente elaboram-se leis ideais através da eleição de legisladores que agem de acordo com o compromisso assumido através dos programas e das propostas pelas quais são comprometidas com a vontade dos eleitores.

> **A opção pela criação e aperfeiçoamento das leis é do próprio eleitor que, através do voto, tem a faculdade de eleger os bons ou os maus legisladores**

Cabe, então, a estes exercer o direito à cidadania, constantemente, e não somente através do ato de votação nas datas designadas para as eleições. O ideal, para tanto, é elementar a participação do eleitor de modo mais incisivo, principalmente através da obtenção de informações sobre as propostas dos candidatos, bem como na participação em debates acerca dos problemas e suas respectivas soluções para a comunidade.

A qualidade da lei depende da eleição de integrantes do Poder Legislativo com a capacidade e a habilidade para legislar, visando a atender aos anseios dos eleitores. A indiferença e o descaso, pela participação no movimento político interessa, apenas, àqueles que tencionam legislar, em causa própria, ou, à favor de determinados segmentos da sociedade, sem compromisso com a vontade da maioria. Assim, elegem-se candidatos cujos interesses podem ser escusos como, por exemplo, o interesse ao apadrinhamento do acesso aos cargos públicos comissionados, para fins de retribuição àqueles que auxiliaram nas campanhas eleitorais. Não é do juiz e nem da política a responsabilidade pela circunstância de existirem leis ruins. A opção pela criação e aperfeiçoamento das leis é do próprio eleitor que, através do voto, tem a faculdade de eleger os bons ou os maus legisladores.

Coluna do Baco

Por Edson Ubaldo*

PINOT NOIR

A Pinot Noir chegou à região da Bourgogne (cerca de 240 km a Sudeste de Paris) há mais de dois mil anos, levada pelas legiões romanas, ou, segundo outras fontes, pelos próprios fenícios. Como apresenta diversas variedades genéticas, torna-se difícil estabelecer sua idade e origens. Um estudo da Universidade Davis, da Califórnia, concluiu que pelo menos 16 variedades descendem dela, tais como Pinot Blanc, Pinot Gris, Chardonnay, Gamay Noir, Muscadet e Malbec. Levando-se em conta que as vinhas sofrem modificações em seus clones a cada 30 anos, a Pinot Noir já passou por mais de 700 desde que seu cultivo é conhecido, sem prejuízo de suas características básicas, que continuam inalteradas.

Depois que Odoacre, rei dos hérulos, destruiu Roma em 476 d.C. e acabou com o Império Romano do Ocidente – o do Oriente duraria quase mil anos mais , até 1453 – a Europa dividiu-se em pequenos reinos e feudos. O Ducado da Bourgogne foi um dos mais importantes da França, já famoso por seus bons vinhos. Ali estabelecidos desde o século XI, os monges cistercienses deram forte incremento à vitivinicultura. Descobriram que cada pedaço de suas vastas terras produzia vinhos de características distintas com a mesma Pinot Noir. Daí nasceu o conceito de terroir e de suas denominações mantidas até hoje. O primeiro a ser delimitado, em 1336, foi o Clos de Vougeot, que continua a ser um dos ícones da região.

Para manter o padrão de excelência da principal zona produtora, a Côte d'Or, em 1395 o Duque Filipe II, cognominado Philippe Le Bon, proibiu que ali se plantasse a Gamay, produtora de vinhos leves e de pouca duração, que desde então foi confinada ao Beaujolais. A Pinot Noir passou a reinar absoluta e assim continua até hoje.

Trata-se de uma variedade de características únicas no mundo das Vitis viníferas, muito diferente de suas primas mais conhecidas, como Merlot e Cabernet Sauvignon. Menina frágil, mimada, caprichosa, delicada, amante cara, exige cuidados especiais e muito amor dos vinhateiros para corresponder ao que ela pode oferecer. Os ingleses a apelidaram de the trick grape (uva ardilosa). Gosto de chamá-la de Mme. Pompadour do mundo do vinho.

Pouco produtiva – 3 a 4 toneladas por hectare – seus cachos são pequenos e a casca dos grãos é muito fina, o que a predispõe a ataques de insetos e a diversos tipos de podridão. Para uma boa safra exige tempo seco. Chuvas nessa época são desastrosas e baixam o teor glucométrico, demandando chaptalização (adição de açúcar cristal ao mosto para elevar a graduação alcoólica, que raramente ultrapassa 13º G.L.). Não obstante, o vinho que daí resulta é um verdadeiro néctar dos deuses, disputado a peso de ouro, como provam os Romanée-Conti, La Tâche, Richbourg, Chambertin, etc.

Na Bourgogne, onde o solo é calcário com aflorações argilosas, os grandes vinhos são originários da meia-encosta do vale da Côte d'Or . Os vinhos da planície e das partes altas (Hautes Côtes de Beaune e H.C. de Nuits) são bons, mas não se comparam aos grandes crus. A variedade se expandiu pelas Américas, Austrália, Nova Zelândia e também no Brasil, inclusive no Planalto catarinense, mas os resultados estão a mil anos-luz dos vinhos borguinhões. Os que mais se aproximam dos originais são os californianos.

Quem desejar descobrir as particularidades e as melhores qualidades da Pinot Noir deve começar pelos vinhos da Bourgogne, os únicos verdadeiramente típicos da variedade. A primeira coisa a fazer é tentar "zerar" os sentidos e evitar qualquer comparação com outras variedades tintas, em espacial com as do Novo Mundo, porque a Pinot é um universo à parte. Sua cor é transparente, de um vermelho pálido nas safras com mais de 5 anos, pois tem menos pigmentos corantes e taninos. Isso pode dar a ilusão de ser um vinho de menor corpo que um Cabernet Sauvignon ou um Malbec, por exemplo. Sim, mera ilusão, porque cor e corpo são coisas diferentes. Alguns brancos podem ter mais corpo que muitos tintos escuros.

Com efeito, corpo tem a ver com a sensação de plenitude, complexidade, força e volume na boca, como se fosse algo quase sólido, enquanto a cor é produto exclusivo da pigmentação das cascas. Vinhos de pouco corpo, por mais intensa que seja a cor, ficam aguados e achatados no paladar. A Pinot Noir produz vinhos de notável corpo, perceptível ao primeiro gole. Seus finíssimos aromas e buquês formam um complexo e delicado leque de cheiros sutis e agradáveis, que na taça desabrocham aos poucos e impregnam o olfato de sensações distintas dos demais vinhos.

As gerações mais novas, dos anos 80 em diante, acostumadas aos chilenos e argentinos de 14º G.L. ou mais, com cheiro e gosto de queimado devido ao excesso de insolação nas encostas dos Andes, de início talvez achem "fraco" o Pinot borguinhão. Com a prática, porém, descobrirão tratar-se de um gigante que disfarça sua força com a delicadeza. Esta pode ser tão intensa, que um dos melhores crus da região, o Chambolle-Muysigny, foi cognominado Vin des dames.

Claro que os Pinot Noir de outros países, inclusive os do Brasil, são bem menos característicos, pois climas e solos diferentes os tornam mais rudes, aproximando-os dos Cabernets, Merlots e Malbecs. Mesmo assim são vinhos diferenciados, a merecer mais atenção dos consumidores. Vale a pena experimentar.

**Desembargador aposentado*

OUTUBRO ROSA

Campanha da AMC arrecada doações para pacientes com câncer

Em alusão ao Outubro Rosa, mês em que se dá destaque mundial à conscientização pela prevenção do câncer de mama, a Associação dos Magistrados Catarinenses (AMC) promoveu uma campanha de arrecadação de alimentos e fraldas descartáveis, os quais serão entregues a duas instituições de Florianópolis e destinadas a pacientes com câncer em situação de vulnerabilidade.

Com a participação de Colaboradores da AMC/ESMESC, Magistrados, Pensionistas, bem como Professores e Alunos da Escola Superior da Magistratura de Santa Catarina (ESMESC), foram arrecadados 109 cestas básicas, 106 pacotes de fralda e 348 litros de leite, além de pacotes de arroz, feijão, macarrão, açúcar, entre outros.

As cestas básicas, caixas de leite e alimentos arrecadados serão destinados aos pacientes em tratamento no Centro de Pesquisas Oncológicas (CEPON) e as fraldas descartáveis encaminhadas para a Casa De Apoio Vovó Gertrudes (AVOS), que presta serviços de acolhimento de crianças e adolescentes de todo o Estado que passam por tratamento contra o câncer no Hospital Infantil Joana de Gusmão.

✔ NOTAS

■ **OUTUBRO ROSA:** No dia 25 de outubro, colaboradoras e pensionistas da AMC participaram de uma palestra de conscientização sobre a importância da prevenção e o diagnóstico precoce do câncer de mama, em alusão à campanha Outubro Rosa.

Com o tema "Câncer com um novo olhar", o evento foi ministrado por Myriam Marques, que trouxe seu depoimento sobre a luta contra o câncer, e contou, ainda, com a participação de voluntárias da Associação do Centro de Pesquisas Oncológicas (CEPON).

SOLENIDADE

TJ/SC empossa quatro novos Desembargadores

O Tribunal de Justiça de Santa Catarina (TJ/SC) passa a contar com quatro novos Desembargadores, elevando para 93 o número de integrantes da Corte. São eles: Helio David Vieira Figueira dos Santos, 61 anos, natural de Pelotas-RS; Júlio César Machado Ferreira de Melo, 54 anos, natural de Florianópolis-SC; José Agenor de Aragão, 62 anos, natural de Itajaí-SC; e Sidney Eloy Dalabrida, 52 anos, natural de Rio dos Cedros-SC.

A solenidade, comandada pelo presidente do TJ/SC, Desembargador Torres Marques, foi realizada no dia 1/11, no auditório do Pleno. Três deles – Hélio dos Santos, Júlio Melo e José Aragão - são oriundos da carreira da Magistratura, eleitos em sessão extraordinária do Pleno na manhã de 16 de outubro. O quarto empossado – Sidney Eloy Dalabrida - integrou lista tríplice encaminhada ao governador do Estado para definição do ocupante da vaga aberta ao Ministério Público por meio do quinto constitucional.

Os novos membros do TJ entraram em plenário escoltados pelos Desembargadores Pedro Manoel Abreu, decano, e Norival Acácio Engel, o mais recente da Corte. Prestaram o compromisso legal, firmaram o termo de posse e, sequencialmente, receberam a medalha e o diploma da Ordem do Mérito do Judiciário Catarinense.

O Desembargador Getúlio Corrêa foi o responsável pelo discurso de boas-vindas aos empossados. Destacou a experiência dos novos colegas, a quem atribuiu o conhecimento do sistema judicial, adquirido ao longo das respectivas carreiras. Desejou aos quatro empossados saúde, paz e harmonia em busca da melhor justiça.

O novo Desembargador Helio David Vieira Figueira dos Santos, ao seu turno, falou em nome dos colegas empossados. Ele relembrou sua primeira investidura, em janeiro de 1990, quando tomou posse como Juiz em comarca do litoral catarinense. Contou ainda sobre os primeiros desafios enfrentados e da longa trajetória percorrida até este momento. “Estamos aqui para fazer a diferença”, comprometeu-se. Na sequência, o presidente do TJ registrou sua satisfação com o considerável reforço nos quadros da Corte.

Coube ao Desembargador Torres Marques, aliás, comandar quase que a totalidade da ocupação dos cargos recentemente criados para a expansão dos quadros do Judiciário de Santa Catarina. “Com certeza, esta pluralidade de intelectos em muito nos auxiliará a enfrentar e superar as dificuldades nos caminhos da magistratura”, afirmou. “Somos agora 93 Desembargadores comprometidos a honrar a tradição centenária do Tribunal de Justiça de Santa Catarina”, finalizou.

A solenidade contou com a participação do Coral da Associação dos Magistrados Catarinenses (AMC) e foi acompanhada por grande público, formado em sua maioria por familiares e colegas de Magistratura e do Ministério Público. Entre as autoridades, estavam o Ministro Jorge Mussi, integrante do Superior Tribunal de Justiça (STJ) e do Tribunal Superior Eleitoral (TSE); o Conselheiro Márcio Schiefler Fontes, do Conselho Nacional de Justiça (CNJ); e a Ministra Nancy Andrighi, ex-corregedora nacional de Justiça do CNJ.

Confira um breve currículo de cada novo Desembargador:

■ **Helio David Vieira Figueira dos Santos**, 61 anos, natural de Pelotas-RS, ingressou na Magistratura em 22 de janeiro de 1990. Atuou nas comarcas de São Bento do Sul, Laguna, Ituporanga, São Francisco do Sul, Jaraguá do Sul e Capital. Ultimamente, era titular do Juizado Especial Cível do Foro do Continente, na comarca da Capital.

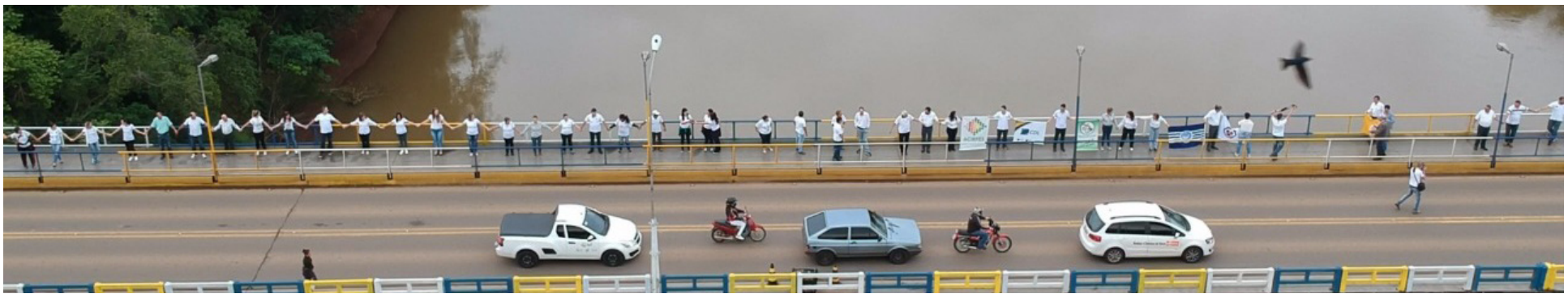
■ **Júlio César Machado Ferreira de Melo**, 54 anos, natural de Florianópolis-SC, ingressou na Magistratura em 5 de janeiro de 1993. Judicou nas comarcas da Capital, Anchieta, Turvo, Araranguá e novamente Capital. Teve passagem como Juiz Auxiliar na Corregedoria Nacional de Justiça do CNJ. Foi promovido ao cargo de Juiz de Direito de 2º grau em 2014, inicialmente lotado na Câmara Especial Regional de Chapecó. Em 2015 passou a ter lotação no próprio Tribunal de Justiça.

■ **José Agenor de Aragão**, 62 anos, natural de Itajaí-SC, ingressou na carreira em 13 de novembro de 1985. Iniciou seu trabalho pela comarca de Joaçaba e passou também por Chapecó, Trombudo Central, Taió, Timbó. Itajaí, Criciúma e novamente Itajaí. Por fim, exercia a titularidade da 3ª Vara Cível da comarca de Itajaí.

■ **Sidney Eloy Dalabrida**, 52 anos, natural de Rio dos Cedros-SC, iniciou carreira no Ministério Público de Santa Catarina em 1992. Como Promotor de Justiça, atuou nas comarcas de Jaraguá do Sul, Cunha Porã, Anchieta, Campo Erê, Pinhalzinho, Maravilha, Xaxim, Canoinhas, Lages e Capital. Em 2016, foi promovido ao cargo de Procurador de Justiça e passou a desempenhar suas atribuições na Procuradoria Criminal.

PROJETO

Cidades do Meio Oeste reeditam "Abraço da Paz"



As cidades de Capinzal e Ouro reeditaram, na manhã do dia 20 de outubro, depois de sete anos, o "Abraço da Paz". Centenas de pessoas saíram às ruas nas primeiras horas da manhã, vestindo camisetas brancas, para celebrar a paz e estimular a reflexão sobre o tema. A iniciativa foi instituída em 2006 pelo Juiz Alexandre Dittrich Buhr, durante o período em que atuou no Poder Judiciário de Capinzal, e foi realizada até 2010. Atualmente o Magistrado está na cidade de Joaçaba.

O evento integrou a Semana Municipal da Cultura pela Paz, cujo tema foi trabalhado nas escolas do município, entre os dias 5 e 12 de outubro. A organização esteve a cargo das administrações municipais de Capinzal e Ouro com o apoio direto do Lions Clube, CDL, ACIRP, AMPECO e das demais entidades representativas.

A programação iniciou às 8h, na Praça Pedro Lélis, em Capinzal, e na Praça Pio XII, em Ouro. Primeiro com a formação do palanque oficial e depois com a manifestação dos prefeitos Nilvo Dorini e Neri Miqueloto.

Em seguida, as autoridades e os demais convidados seguiram até a Ponte Irineu Bornhausen, principal ligação entre Capinzal e Ouro, e de lá iniciaram a formação de uma grande corrente humana em direção ao centro das duas cidades até a Ponte Pênsil Padre Mathias Michellizza quando o elo se fechou.

Durante a mobilização, estudantes das escolas públicas entoavam cânticos e mensagens temáticas para motivar os participantes a refletir sobre o tema em questão. As emissoras de rádio transmitiram ao vivo a manifestação. O grande "Abraço da Paz" foi encerrado às 8h45min com uma grande salva de palmas. (Com informações do portal Caco da Rosa e da rádio Capinzal).

■ HISTÓRICO DO PROJETO

De acordo com o Juiz Alexandre Buhr, o projeto começou em 2006 quando foi implantado na Comarca de Joaçaba o projeto da AMC chamado "Agentes da Paz". "Basicamente o projeto tinha a intenção de encorajar crianças e adolescentes a praticarem ações que lembrassem a Paz. As ações eram realizadas nas escolas, principalmente. Inclusive entregávamos uma carteirinha de Agente da Paz para as crianças e adolescentes. Na Comarca de Capinzal tivemos a iniciativa de também envolver os adultos neste projeto, já que seria interessante as crianças e adolescentes chegarem em casa e verem que seus pais também estivessem engajados no mesmo projeto. Assim, envolvemos a sociedade civil através da CDL, Lions, Associação Comercial e Industrial e outras. Na semana da Paz, que ocorre na semana do dia 12 de outubro, por exemplo, as lojas da cidade decoravam suas vitrines com motivos da paz", conta.

Na sequencia, relembra o magistrado, surgiu a ideia de fazer um grande "Abraço da Paz", mobilizando pessoas das duas cidades, já que as cidades possuem apenas o Rio do Peixe com divisa. "Na época fizemos este grande Abraço da Paz envolvendo milhares de pessoas das duas cidades, envolvendo ainda imprensa, polícias, comerciantes, políticos, escolas, etc. Foram momentos de grande emoção e muita solidariedade. O Abraço da Paz foi realizado por dois anos seguidos. Também realizamos uma Cavalgada da Paz na cidade de Capinzal e outra em Piratuba. Grandes momentos", ressalta.

O Juiz Alexandre Buhr recebeu com grande alegria a notícia desta nova edição do Abraço da Paz, 10 anos após os primeiros eventos. "Isso mostra que as boas ações permanecem nos corações das pessoas, de forma latente e aguardando uma nova oportunidade para transbordar. As pessoas que hoje organizaram também estavam lá naquela época. Fui Juiz na Comarca de Capinzal por onze anos e saí de há quase dez anos. Por fim, lembraria que o mais importante do que falar sobre a Paz, é sentir, pensar, e agir como um Pacificador", assinala.

BLUMENAU

Juíza recria programa para estimular audiências conciliatórias

A Juíza Quitéria Tamanini Vieira Péres, da 1ª Vara Cível da comarca de Blumenau, assinou, no dia 9 de outubro, a Portaria nº 15/2017, que revitaliza o antigo Programa Permanente de Audiências Conciliatórias (PPAC), agora denominado Vamos Conciliar? Por meio do novo programa, os advogados poderão solicitar, por telefone, a designação de uma sessão de conciliação/mediação em qualquer processo da referia Unidade Jurisdicional, tendo, inclusive, a possibilidade de escolher o conciliador. Além disso, o programa ampliou a realização das sessões de conciliação para contemplar, no início da tramitação, sua designação também nas ações de execução, monitória e nas fases de cumprimento de sentença.

Um dos destaques do programa é a possibilidade de realizar conciliações online (grupo de mensagens instantâneas). Caso não seja celebrado acordo (ou o seja apenas parcialmente), as partes e respectivos advogados poderão solicitar a continuidade das negociações por meio da formação de um grupo para troca de mensagens instantâneas (Whatsapp), administrado pelo(a) respectivo(a) conciliador(a). Os grupos serão compostos sempre que houver interesse de todos os envolvidos (partes e advogados ou somente estes, se investidos de poderes para transação), o que será consignado na ata respectiva. Criado o grupo, havendo interesse (por qualquer das partes e/ou seus procuradores), nova audiência poderá ser designada a qualquer tempo, caso em que ficarão as partes e advogados intimados por tal meio, o que será certificado nos autos.

Nesta entrevista, a Juíza Quitéria Péres dá mais detalhes sobre o programa. Confira:

AMC: Como e quando surgiu a ideia deste projeto?
Juíza Quitéria Péres: Há muito tempo venho percebendo que a eficiência das audiências de conciliação depende de um fator fundamental na vida das pessoas: o tempo. Isso porque, quando designada pelo Juiz, segundo sua pauta e o momento processual (cujos atos são regulamentados pela lei processual), a audiência nem sempre é recebida pelas partes segundo a melhor perspectiva de conveniência. Ou seja, em muitos casos, as partes (ou uma delas) não deseja participar de tal momento, ainda. Isso pode ocorrer em razão de inúmeros aspectos, sobretudo emocionais, mas também financeiros. Tais circunstâncias, contudo, costumam ir se modificando no curso da própria vida segundo o contexto particular de cada um dos envolvidos no litígio, daí porque não é incomum algum tempo depois desejarem participar de uma audiência conciliatória. Não há a menor dúvida de que, sendo desejada a audiência pelos envolvidos, naquele momento de suas vidas, são muito maiores as perspectivas de sucesso em relação à pacificação do conflito, porquanto presumido o desejo de dialogarem a respeito dos sentimentos e interesses nele abrangidos. Foi este olhar que inspirou a edição da Portaria n. 03, de 01 de agosto de 2012, por meio da qual foi instituído o PPAC - Programa Permanente de Audiências Conciliatórias, agora revitalizado pela Portaria n. 15/2017 que lhe confere outro nome (Vamos Conciliar?) e amplia sua abrangência (a exemplo da possibilidade de criação de grupo de conversas instantâneas, intermediado pelo conciliador, para prosseguimento das tratativas, de modo online, quando ainda não coroadas de êxito ao final de alguma sessão conciliatória, caso assim desejem as partes, providência que não impede, inclusive, a designação desde logo de nova data para a segunda sessão presencial - repito: tudo a critério e segundo o interesse dos litigantes).

AMC: Qual o objetivo do programa? Vocês trabalham com alguma meta para este ano?
Juíza Quitéria Péres: O objetivo do Programa "Vamos Conciliar?" é incentivar a cultura conciliatória, conferindo ao Advogado de qualquer das partes a possibilidade de agendar uma sessão de conciliação nos processos sob seu patrocínio (em tramitação nesta Unidade: 1a Vara Cível da Comarca de Blumenau), segundo a conveniência da parte envolvida, dada a presunção de que, ao solicitá-la, revele disposição em restabelecer a comunicação com a parte adversa, viabilizando-se, assim, condições mais propícias ao equacionamento do problema segundo os interesses dos envolvidos (compreendendo, em muitos casos, o desejo de formular alguma proposta de acordo). Tal agendamento será feito de modo muito simples: basta um telefonema (para o número 47 3321-9208), a exemplo das consultas médicas. Por ocasião do telefonema, o Advogado será indagado se deseja escolher o conciliador (dentre aqueles que compõem o quadro), faculdade que lhe é conferida. Outra garantia, muito importante, será assegurada: a de que a sessão de conciliação/mediação seja designada para data próxima (até 30 dias). A menos que o interessado prefira prazo maior. Para atender tal demanda, abrimos pauta para sessões de conciliação em todos os dias da semana.

AMC: Qual a importância da conciliação para o Poder Judiciário e também para os jurisdicionados?
Juíza Quitéria Péres: A considerar que a missão do Poder Judiciário de Santa Catarina é "realizar Justiça por meio da humanização e da efetividade na prestação adequada da solução de conflitos", entendo que a maneira com que os abordamos traduz a maior importância tanto para a instituição, como principalmente para as partes. Afinal, ainda que já tenham judicializado o conflito, poderão encontrar no âmbito da atuação da instituição, as condições mais propícias possíveis para a análise de suas repercussões na vida de cada qual (nem sempre aventadas nos argumentos invocados no processo), também para a apuração das alternativas de solução e, finalmente, para a escolha daquela que lhes parecer melhor. Asseguradas tais condições, compatíveis e coerentes com a Política Nacional de Solução de Conflitos (instituída pela Res. CNJ n. 125/2010) e com o cunho pacificador idealizado pelo novo Código de Processo Civil, ter-se-á por bem cumprida tal fase conciliatória, inserida no início da tramitação do processo, de modo que, somente se não resultar exitosa, terão lugar os demais atos processuais direcionados à resolução judicial do litígio (caso em que a solução lhes será adjudicada, imposta por decisão), porquanto sabido que tal caminho poderá ser marcado pelas adversidades próprias da tramitação processual nas mais diversas instâncias. Importa registrar, entretanto, que a fase conciliatória pode ser restabelecida posteriormente (servindo como exemplo as audiências subsequentes, como a de saneamento e organização do processo ou de instrução e julgamento, nada impedindo a designação da sessão até mesmo após a prolação da sentença ou o trânsito em julgado respectivo), mesmo depois de frustrada eventual tentativa específica, pois todo o tempo é ideal para pacificar.

AMC: A sra. pretende agendar um encontro com os Advogados da região para apresentar e explicar melhor o projeto?
Juíza Quitéria Péres: Sim, estamos tratando sobre isso com os representantes da Subseção local da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB). Pretendemos, em tal momento, difundir ampla conscientização acerca dos benefícios a todos proporcionados pela adoção da via não adversarial, bem como divulgar este Programa, cujo sucesso dependerá da ampla participação dos advogados, cuja atuação é essencial em todas as fases do processo, potencializando-se ainda mais nesta (em razão da satisfação alcançada pela parte, dada a eficiência e rapidez comumente observada, inclusive retratada nos elevadíssimos índices de cumprimento das condições pactuadas).

NA CAPITAL

TRE/SC promove Congre

Especialistas na área do Direito eleitoral e Ciências Políticas estiveram reunidos durante dois dias (30 e 31/10), em Florianópolis, para participar do Congresso Catarinense de Direito Eleitoral – A Reforma Política em debate. O evento, promovido pelo Tribunal Regional Eleitoral de Santa Catarina (TRE/SC) em parceria com a seccional catarinense da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB/SC), reuniu cerca de 400 participantes.

De acordo com presidente do TRE/SC, Desembargador Antonio do Rêgo Monteiro Rocha, que abriu os trabalhos do Congresso na manhã do dia 30/10, a ideia de realizar um evento para tratar da reforma política surgiu no começo deste ano. "O balanço é muito positivo, porque conseguimos reunir pessoas de renome nacional para tratar de um tema de grande relevância para o país. É importante, sobretudo para conhecermos a doutrina, jurisprudências, observar a situação atual e ver de que forma podemos avançar", comentou.

Sobre a reforma, o Magistrado disse que as mudanças aprovadas são "tímidas" e não vão acrescentar muito. "Democracia se aprende com o tempo. O que o Brasil realmente precisa é de mais educação, cultura. Acredito que dessa forma é que vamos poder melhorar (na área política). De todo modo, mesmo com imperfeições, a nossa democracia está funcionando. Eu confio no Brasil, na sociedade, de modo que eu acredito num futuro melhor para o país", pontuou.

Ele acrescentou, ainda, que as eleições de 2018 terão grandes desafios, por conta do rezoneamento eleitoral, implantação do sistema de biometria, bem como as resoluções que ainda serão editadas pelo Tribunal Superior Eleitoral (TSE) para regulamentar o pleito do ano que vem.

■ PALESTRAS DO PRIMEIRO DIA

A primeira conferência, cujo tema foi "Reforma Política Eleitoral", teve como coordenador de mesa o presidente do TRE catarinense e como conferencista o Promotor de Justiça do Ministério Público de Santa Catarina, Pedro Roberto Decomain. Ele destacou que "a legislação eleitoral é muito irrequieta," pois vive em constante mudança. O conferencista discorreu sobre diversos aspectos da reforma, principalmente sobre o Fundo Especial de Financiamento de Campanha, enfatizando que os diretórios nacionais irão decidir como será feita a distribuição interna dos recursos, o que deverá acontecer após a realização das convenções partidárias, com a definição de todos os candidatos às eleições.

Na sequência, o Desembargador Jaime Ramos, diretor da Escola Judiciária Eleitoral de Santa Catarina, coordenou a mesa onde foi debatido o Sistema Eleitoral. "Federalização, coligação e cláusula de barreira" foi o tema exposto pelo Ministro Tarcísio Vieira de Carvalho Neto, do Tribunal Superior Eleitoral, e por Diogo Mendonça Cruvinel, secretário judiciário do TRE-MG.

O Ministro Tarcísio Vieira de Carvalho Neto assinalou que mesmo os partidos que não têm representação movimentam muitos recursos, o que causa um problema na governabilidade. Conforme ressaltado pelo Ministro, há muitas matizes ideológicas e uma excessiva fragmentação partidária. No entanto, com a cláusula de barreira, alguns partidos seriam exterminados sem a preocupação com a ideologia dessas agremiações.

Já o Secretário Judiciário do TRE-MG, Diogo Cruvinel, fez uma reflexão das razões que levam os partidos a concorrerem de forma coligada (partidos menores que não conseguiriam superar o quociente eleitoral formam coligações para terem a chance de conquistar uma cadeira pela votação nominal de um de seus representantes).

O segundo tema, "Lista fechada, voto distrital e candidatura avulsa", teve como painelistas o Servidor do TRE/SP, Frederico Franco Alvim, e o Professor dr. da UFMG Rodolfo Viana Pereira. Frederico Alvim iniciou sua exposição com a discussão relativa à escolha dos sistemas eleitorais, como escolher o sistema eleitoral mais adequado para cada país. Destacou que o sistema bom para um país não será necessariamente o melhor para outro; portanto, não podem ser avaliados em abstrato. Em seguida, o Professor Rodolfo Viana Pereira afirmou que, para definir impactos no sistema eleitoral não há uma fórmula matemática. Citou, ainda, uma metáfora para exemplificar as alterações nos sistemas eleitorais: um teto com vários sinos interligados por cordas; quando se puxa uma corda p ara tocar um sino, não se sabe exatamente quais outros irão tocar também. Ainda, o professor declarou acreditar que o sistema proporcional representa melhor a grande diversidade existente no Brasil.

Na parte da tarde, foram abordados os temas "Financiamento dos Partidos Políticos e das Eleições" e "Condições de Elegibilidade e seus Efeitos". O primeiro painel teve como coordenador de mesa o Desembargador Carlos Eduardo Padin, corregedor regional eleitoral do TRE-SP, e foi dividido em dois subtemas: o primeiro – "Financiamento dos partidos políticos" - teve como painelistas o Servidor do Tribunal Superior Eleitoral (TSE) Alexandre Velloso de Araújo e a Advogada Gabriella Rollemberg de Alencar.

Alexandre Velloso lembrou que "não é somente nas eleições que nós devemos olhar para os partidos políticos." Ressaltou que as doações, atualmente, são feitas exclusivamente por pessoas físicas ou por partidos políticos, sendo vedado o recebimento de recursos de pessoas jurídicas. O Servidor do TSE discorreu, ainda, sobre os tipos de recursos que podem ser utilizados nas doações e as dificuldades encontradas pelas agremiações para conseguir recursos de pessoas físicas, em razão do descrédito atual em relação à política. Mencionou, além disso, o fundo partidário, demonstrando a grande dependência que algumas agremiações têm desse tipo de financiamento. Por fim, Velloso ressaltou a importânc ia da Justiça Eleitoral na fiscalização do recebimento e da aplicação dos recursos pelos partidos políticos.

Na sequência, a Advogada Gabriella Rollemberg ini-

esso de Direito Eleitoral

ciou sua exposição questionando até onde chega a autonomia dos partidos em relação aos recursos públicos recebidos. Embora a legislação dê uma certa amplitude aos gastos passíveis de serem realizados, há, também, uma dificuldade em responsabilizar os dirigentes que pratiquem irregularidades. A Advogada ressaltou que, "hoje, constatado o dano ao erário, a penalização é para o partido político." Ou seja, não há uma sanção específica aos dirigentes. Conforme destacou a palestrante, é necessário encontrar um equilíbrio entre a responsabilidade da agremiação e dos dirigentes partidários.

Já o segundo subtema – "Financiamento das Campanhas Eleitorais" - foi exposto pela secretária de Controle Interno e Auditoria do TRE-SC, Denise Goulart Schlickmann, e pela Professora dra. da UERJ Vânia Siciliano Aieta.

Denise Schlickmann destacou que o modelo de financiamento das campanhas eleitorais permanece misto, com recursos públicos e privados. O Fundo Especial de Financiamento de Campanha foi criado em virtude da proibição das doações empresariais. No que tange ao Fundo Especial, a palestrante assinalou que o Tribunal Superior Eleitoral distribui os recursos aos diretórios nacionais, que os repassam aos candidatos, embora a legislação não determine quais são os critérios utilizados para que esses valores cheguem aos candidatos.

O evento prosseguiu com a apresentação da professora dra. e Advogada Vânia Aieta, que declarou que "o culpado pela corrupção não é o financiamento privado. O culpado pela corrupção é o corrupto." Afirmou que "nunca houve tanto caixa 2 como agora, com as inúmeras proibições que estão sendo impostas", sendo necessária uma fiscalização permanente.

Na sequência, na mesa coordenada pelo Ministro Jorge Mussi, do TSE, foi debatido o último tema do dia, a elegibilidade – Condições de Elegibilidade e seus Efeitos. O assunto foi dividido em dois subtemas: "Registro de candidatura e elegibilidade", debatido pelo Advogado Ruy Samuel Espíndola e pelo Juiz Efetivo do TRE-SC, categoria jurista, Wilson Pereira Junior; e "Soberania popular e anulação de eleição", comentado pela professora dra. do Instituto Brasiliense de Direito Público – IDP e Advogada Marilda de Paula Silveira e pela Professora dra. da FGV/SP Adriana Ancona de Faria.

O Advogado Ruy Samuel Espíndola, que deu início ao painel, destacou que "as eleições são uma verdadeira corrida de obstáculos." Ressaltou a importância dos direitos políticos fundamentais, "condições de protetividade de todos os demais direitos." Ademais, o palestrante criticou a constante mudança de entendimento das regras eleitorais, bem como as aplicações subjetivas de inelegibilidade, uma vez que a legislação não determina as condições específicas que ensejam essa hipótese.

A apresentação seguinte, do Juiz Wilson Pereira Junior, deu sequência ao tema do registro de candidatura e da elegibilidade. Conforme assinalou o painelista, a legislação eleitoral está em constante mudança e muda de acordo com a vontade do legislador. "A legislação foi mudada por quem está nos representando," afirmou. No que concerne à candidatura avulsa, na qual o candidato não é vinculado a nenhum partido político, o Juiz ressaltou ser ainda um sistema embrionário, mas sobre o qual se deve refletir.

Sobre o segundo subtema, a Professora Marilda Silveira discorreu sobre a questão da quebra de estabilidade e as soluções encontradas para cada caso. Conforme destacou, são diversas as hipóteses de quebra de estabilidade. Dentro do sistema eleitoral, há 11 hipóteses – constitucionais ou legais - nas quais a legislação permite suprimir um mandato eletivo, dentre as quais pode-se citar: abuso de poder econômico, fraude, corrupção, infidelidade partidária, conduta vedada, captação ilícita de sufrágio, abuso de poder político, indeferimento no registro de candidatura, dentre outras.

A última palestrante do dia, Professora Adriana Ancona de Faria, ressaltou que, no processo eleitoral, há algumas práticas que favorecem a nossa grande crise política. "Uma crise não consegue ser superada se a gente não recuperar uma boa relação entre os Poderes da República," asseverou.

■ PALESTRAS DO SEGUNDO DIA

O último dia do evento foi iniciado com uma mesa sobre propaganda partidária e eleitoral, coordenada pelo Juiz do pleno do TRE/SC, Davidson Jahn Mello, e composta por Admar Gonzaga, Ministro do TSE, Alexandre Basílio, Servidor do TRE-RS, Alessandro Abreu, Advogado eleitoral e José Jairo Gomes, Procurador Regional da República do Ministério Público Federal.

O tema propaganda na internet foi destaque durante os debates do painel. Em sua fala, o Ministro do TSE Admar Gonzaga comentou que "a internet é um campo aberto de manifestação do pensamento, mas não é um campo aberto para injúria", referindo-se às campanhas online caluniosas contra políticos.

Já Alexandre Basílio focou sua exposição inteiramente nos aspectos da reforma política no que diz respeito à propaganda na internet, ressaltando que ainda não entendemos completamente o funcionamento de plataformas como as redes sociais e o próprio Google, dentro do jogo político. O Advogado eleitoral Alessandro Abreu, por sua vez, explanou sobre o que vê como um engessamento da propaganda eleitoral, ressaltando um desequilíbrio do processo ao falar que "cada vez mais se pensa em um processo eleitoral com o único propósito de ver a propaganda eleitoral".

Encerrando a mesa, José Jairo Gomes fez uma fala reflexiva sobre o que constitui, de fato, propaganda eleitoral, levando em consideração questões como legalidade, liberdade e internet. Questionou a regra geral de proibição de campanha, perguntando "Se a regra geral é a proibição, como é que faremos se surge uma nova mídia, como a internet?". Comentando sobre o marketing nas redes sociais, Gomes parafraseou Eça de Queiroz "A opinião pública se fabrica", ressaltando que o marketing não tem necessariamente compromisso com a realidade.

Em seguida, foi apresentado o painel Representação e participação política, com os subtemas "Democracia intrapartidária" e "Participação de jovens e mulheres na política", coordenado pela Juíza do pleno do TRE/SC, Luísa Hickel Gamba, e composto pelas painelistas Eneida Desiree Salgado, Professora da UFPR, Ana Blasi, Advogada, Margarete Coelho, Advogada e Vice-governadora do Piauí, e pelo professor da UFSC Orides Mezzaroba.

Debatendo sobre democracia intrapartidária, a Professora Eneida Desiree Salgado demonstrou que "a democracia nunca foi o sistema mais eficaz, mas é o que garante maior liberdade", defendendo que os partidos são constitucionalmente obrigados a serem democráticos.

Por sua vez, o Professor Orides falou sobre pluralismo político e autonomia partidária, ressaltando que os partidos devem respeitar os direitos fundamentais da pessoa humana e também o pluralismo democrático. A Advogada Ana Blasi debateu sobre a participação feminina na política sob a perspectiva da necessidade de criação de ações afirmativas para inclusão de mais mulheres. Concluindo o painel, a Advogada e Vice-governadora do Piauí, Margarete Coelho, refletiu sobre a participação de jovens e mulheres na política.

O segundo dia do Congresso teve continuidade durante a tarde com a II Jornada Internacional de Direito Comparado, cujo tema principal foi "Direitos Políticos e Instituições Eleitorais". A mesa foi coordenada pelo Advogado catarinense e professor da Univali, Luiz Magno Bastos Jr.

Luiz Bastos deu início à Jornada destacando a importância e o caráter inovador da iniciativa, tendo em vista as semelhanças entre a realidade brasileira e a de outros países latino-americanos. A primeira parte do painel abordou o subtema "Desafios da transição democrática na Colômbia: partidos políticos e financiamento da política". A Professora da Universidade Externado da Colômbia, Paola Alvarado, traçou um panorama da participação na política colombiana acerca, principalmente, dos desdobramentos ocorridos nos acordos de paz de Havana. Já a Professora da Unibrasil-PR, Ana Claudia Santano, tratou sobre o financiamento da política, traçando um comparativo entre o financiamento público, privado e a prestação de contas na Colômbia e no Brasil.

Na segunda metade do painel, o Professor da PUC-SP, Luiz Guilherme Conci, tratou sobre o subtema "Prévias partidárias e formação de listas na Argentina". Em sua fala, destacou as escolhas tomadas pelos partidos e como elas repercutem nos processos eleitorais, contrapondo os cenários de diferentes países da América Latina. O Professor da Universidade Nacional de Córdoba, Jose Belisle, encerrou o último painel do Congresso abordando o tema das prévias partidárias argentinas.

A conferência de encerramento, coordenada pelo presidente da Comissão de Direito Eleitoral da OAB/SC, Pierre Vandeline, contou com palestra do ex-Ministro do TSE Henrique Neves, que falou sobre as novas regras com a reforma política, principalmente sobre o Fundo Especial de Financiamento de Campanha, sobre corrupção e partidos políticos. De acordo com Neves, o tema da reforma política nunca vai parar de ser discutido e ressaltou que as novas normas "tem que ter uma conexão, não pode ser algo solto como está ficando". O ex-ministro também argumentou que a regulamentação do Crowdfunding foi algo positivo da reforma, porém, Neves teme que não existam muitos eleitores dispostos a financiar candidatos, principalmente pelo atual descrédito da política.

FLORIANÓPOLIS

Equipe da AMC conquista a terceira colocação no Mountain Do

O grupo de octeto misto formado por Magistrados catarinenses conquistou, no dia 14/10, a terceira colocação no Mountain Do Caixa Lagoa da Conceição, um evento de corrida de montanha pioneiro no Brasil, inspirado na fusão das corridas populares de rua com as tradicionais corridas europeias. Entre os Magistrados que compuseram o grupo, estavam os Juízes Giancarlo Bremer Nones, Rafael Rabaldo Bottan e Viviana Gazaniga Maia.

Conforme Viviana, o grupo foi formado em agosto, orientados pelo treinador Fabiano Braun, da Floripa Runners, parceira da AMC. "A integração com todos os Magistrados e participantes foi muito boa. A gente vinha se preparando, mas nunca imaginávamos conquistar uma boa colocação. Com certeza é um incentivo a mais para continuar treinando", conta.

Segundo a diretora adjunta de esportes da AMC, Juíza Claudia Ribas Marinho, o Mountain Do "é uma prova bem difícil, que passa por diversos bairros de Florianópolis. E como o próprio nome diz é feito em trechos diferentes, como praias, trilhas, montanhas, dunas e estradas".

Para o Juiz Giancarlo Bremer Nones, que participou do evento pela terceira vez, a corrida foi desafiadora e o visual compensou toda a dificuldade do trajeto. "Comecei a correr no ano de 2012, por recomendação médica, sem nenhuma pretensão de participar de provas. O primeiro objetivo e desafio era combater o stress, o sedentarismo e o sobrepeso. Somente depois de um tempo comecei a me interessar por participar de provas, a primeira delas foi com a equipe da AMC, um quarteto na Maratona do Beto Carreiro, ainda em 2012. O congraçamento com os colegas e o clima de amizade servem de apoio para continuar e buscar novos desafios. Fazendo um retrospecto, vejo como tudo isso melhorou a minha qualidade de vida. Além dos benefícios para a saúde, a corrida me proporcionou fazer muitos amigos, viajar para diversos lugares e realizar feitos que antes nem em sonho eu pensaria em fazer", ressaltou.

O Juiz Rafael Rabaldo Bottan também elogiou o evento: "É digna de aplausos a iniciativa da AMC de promover a integração de colegas e familiares também por meio da participação em eventos de corrida como este. A experiência vivenciada foi excepcional e muito divertida: a organização da prova em grupo, a definição do trecho que cada qual deveria trilhar, a logística de transporte dos competidores, a chegada em conjunto, o clima de amizade, as belas paisagens... tudo isso coroado pela inesperada conquista de um lugar no pódio. Que venham os próximos desafios!".

■ O EVENTO

A primeira edição do Mountain Do foi em 2004, com uma corrida de revezamento ao redor da Lagoa da Conceição. Na segunda edição, em 2005, houve um aumento superior a 50% no número de equipes inscritas. Assim, em alguns anos, com o expressivo crescimento do evento, o número de atletas passou a ser limitado a 1200, garantindo sua qualidade e a segurança dos participantes.

O diferencial do Mountain Do é estar alinhado com os princípios da sustentabilidade, se preocupando com a preservação da natureza e a conservação dos locais por onde passam.

Ministro Jorge Mussi marcará presença no Congresso Estadual de Magistrados

O Magistrado catarinense Jorge Mussi, que recentemente tomou posse como Ministro efetivo do Tribunal Superior Eleitoral (TSE), é presença confirmada no primeiro painel do Congresso Estadual de Magistrados, no dia 1º de dezembro. O debate, marcado para às 9h30, abordará o tema "Corrupção e Democracia: realidade e esperanças para um novo Brasil" e terá, ainda, as participações do Procurador de Justiça Fábio André Guaragni (MP/PR), do Desembargador Federal João Pedro Gebran Neto (TRF/4ª Região) - relator da Lava Jato na segunda instância - e do Desembargador do TJ/SC Hélio do Valle Pereira.

O evento, uma promoção da Associação dos Magistrados Catarinenses (AMC) e ESMESC, será realizado entre os dias 30 de novembro a 2 de dezembro, em Florianópolis, e tem como propósito o estímulo à reflexão sobre temas atuais relacionados à Justiça e o congraçamento entre os membros da Magistratura catarinense.

Este ano o encontro será realizado nas Sedes Administrativa e Balneária da AMC, com a proposta de debater o tema "A Justiça no Estado Democrático de Direito: Uma abordagem atual".

As reservas de hospedagem, com descontos especiais para participantes do Congresso, deverão ser realizadas diretamente com os seguintes hotéis:

- Blue Tree Premium Florianópolis Hotel (Centro): (48) 3251-5555
- Majestic Palace Hotel (Centro): (48) 3231-8025
- Faial Prime Suítes (Centro): (48) 3203-2768
- Al Mare Palace Hotel (Canasvieiras): (48) 3952-3100
- Novotel (Centro): (48) 3202-6100

Mais informações com o Setor de Eventos da AMC, pelos telefones (48) 3231-3011 e 99921-3200 ou pelo e-mail eventos@amc.org.br.

ESPORTES

VIII Jogos Nacionais da Magistratura: AMC/Amatra12 é campeã no Futsal

Terminou no dia 28/10, em Fortaleza (CE), a oitava edição dos Jogos Nacionais da Magistratura, registrando este ano um número recorde de inscritos, com cerca de 800 participantes. Santa Catarina, que participou do evento com uma equipe formada pela fusão de associados da Associação dos Magistrados Catarinenses (AMC) e da Associação dos Magistrados do Trabalho da 12ª Região (AMATRA - 12), alcançou bons resultados no atletismo, corrida rústica, sinuca e futsal.

Foram premiados: Desembargador Jairo Fernandes Gonçalves (atletismo e corrida rústica), Renata Ferrari (corrida rústica), Clarice Rosa da Rocha Garcia (atletismo - esposa do Juiz Ezequiel Rodrigo Garcia), Juiz Gustavo R. Menegazzi (atletismo - provas de 100, 200, 400 e 800, além do futsal), Juiz do Trabalho Marcel Luciano Higuchi Viegas dos Santos (campeão da sinuca) e o time campeão de futsal AMC/AMATRA XII (Gustavo Farias, Edison, Gustavo Menegazzi, Rafael, Ezequiel, Marcel e Fábio).

A delegação contou com a presença de 10 Juízes Estatuais e quatro Juízes Trabalhistas. A AMC esteve representada na equipe pelos seguintes Magistrados: Aline Vasty Ferrandin; Edison Alvanir Anjos de Oliveira Júnior; Ezequiel Rodrigo Garcia; Gustavo Marcos de Farias; Jairo Fernandes Gonçalves; Joana Ribeiro; João Baptista Vieira Sell; Marcelo Volpato de Souza; Mauro Ferrandin; e Rafael Maas dos Anjos. Já pela Amatra 12, participaram: Fábio Augusto Dadalt; Gustavo Rafael Menegazzi; Marcel Luciano Higuchi Viegas dos Santos; e Renata Felipe Ferrari. Também participaram cônjuges e dependentes.

De acordo com o diretor do Departamento de Esportes da AMC, Juiz Rafael Maas dos Anjos, os Jogos alcançaram os objetivos. “Penso que o evento alcançou o seu propósito de congraçar, integrar, promover saúde, lazer e permitir a interação entre os Magistrados brasileiros. O esporte é um ótimo ambiente para fomentar o encontro, a aproximação e a reunião não só de pessoas, mas de ideias e de proposições em prol de uma Magistratura cada vez mais forte”, ressaltou.

Para o coordenador de futebol da categoria livre, vinculado ao Departamento de Esportes da AMC, Juiz Edison Alvanir Anjos de Oliveira Júnior, “o evento foi grandioso em todos os aspectos, sendo que contribui com a saúde e lazer dos Magistrados, além de ser um ambiente de integração com membros de outros estados brasileiros”. “A equipe de futsal recolocou Santa Catarina no topo, porquanto na 1. edição dos Jogos Nacionais a AMC foi a grande vencedora daquela modalidade. Ganham todos, Juízes por desfrutarem de um momento único; AMC pela interação se seus associados com outras Associações; Poder Judiciário por ter em seus quadros Magistrados esportistas, que usufruem no trabalho de todos os benefícios de uma regular atividade física”, destacou.

O presidente da Associação Cearense de Magistrados (ACM) e coordenador da Comissão Organizadora dos VIII Jogos, Ricardo Alexandre Costa, comemorou o sucesso do evento. “Agradeço a todos e reafirmo o compromisso que o presidente da AMB tem com o esporte, sempre apoiando este tipo de evento. Os principais objetivos dos Jogos foram alcançados. Além do incentivo à prática esportiva para que possamos melhorar, cada vez mais, a saúde, conquistamos o fortalecimento dos laços associativistas e de amizade durante todos esses dias de competição”, enalteceu.

Por sua vez, o secretário de Esportes da AMB e também coordenador da Comissão Organizadora dos VIII Jogos, Marcus Vinícius Quintas, agradeceu o empenho dos envolvidos na organização dos jogos e aos atletas participantes. “Agradeço a todas as delegações que compareceram aos Jogos e nesta festa de congraçamento da AMB. Também, ao presidente Jayme de Oliveira e toda a sua diretoria, que sempre apoiou o esporte e compreende sua importância no seio desta entidade nacional. Agradeço, também, a ACM que nos recebeu tão bem e fez um trabalho fantástico, que abraçou a candidatura e trabalhou para nos proporcionar esta belíssima festa”, elogiou.

Minha história... CONHEÇA A TRAJETÓRIA DO JUIZ APOSENTADO PEDRO MADALENA

Uma carreira de sucesso e de boas lembranças

A primeira opção de Pedro Madalena quanto à profissão na qual seguiria foi a de Economista, mas quis o rigor imposto pela disciplina matemática que ele logo mudasse de planos e repensasse sua carreira, optando, então, pelo Direito. Graduado pela Faculdade de Direito de Porto Alegre, da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, em 1971, Madalena seguiu o percurso comum à época: exerceu a Advocacia durante alguns anos, período em que pôde "aquilatar a nobreza da judicatura".

A decisão de tornar-se Juiz foi motivada pela constatação de ocorrências constantes de injustiças praticadas na sociedade, o que lhe fez refletir sobre o papel social que ele mesmo exercia. "Pensei que talvez eu pudesse ser útil no processo de equilíbrio desse desajuste social através de uma função pública", contou Madalena.

O ingresso na Magistratura catarinense exigiu novos e duros esforços. O então Advogado, que trabalhava durante o dia inteiro, passou a revisar todas as matérias ensinadas no curso de graduação em Ciências Jurídicas e Sociais madrugada a dentro (tornou-se um "madrugadeiro", em sua própria definição). "Foi muito difícil ingressar nessa elevada função pública, exatamente porque era instituído expressivo rigor no concurso. Além disso, naquele tempo não existia escola qual a da ESMESC hoje em dia", relembrou.

As memórias sobre suas experiências como Juiz estão muito vivas na lembrança de Madalena, que faz questão de homenagear os Juízes Francisco Borges, José Gaspar Rubik, José Mazoni Ferreira e Orli de Ataúde Rodrigues, que lhe ajudaram a dar os primeiros passos no exercício da judicatura na Comarca de Criciúma, onde Madalena foi lotado pela primeira vez para servir na Circunscrição Judiciária tão logo tomou posse ao cargo de Juiz substituto, em 1980.

Na sequência de entrância, Madalena serviu nas Comarcas de São Batista, Gaspar e Balneário Camboriú, onde se aposentou e permanece morando. Além disso, fez substituições em Orleans, Urussanga, Braço do Norte, Tubarão, Florianópolis, Xaxim, Blumenau, Biguaçu e Tijucas. Tantas mudanças nunca foram motivo de desagrado, e uma das razões certamente foi a presença constante da esposa Maria Solange, sua companheira há 37 anos, e dos três filhos, Leonar, Rômulo e Diego. Mas é impossível não reparar na personalidade otimista e resiliente de Madalena, qualidades que o auxiliaram a enfrentar os eventuais obstáculos e dificuldades no exercício da Magistratura.

Madalena também recordou, com satisfação, alguns episódios pitorescos que vivenciou ao longo de sua carreira. Logo no primeiro mês de atuação na Comarca de Criciúma, houve uma crise de falta de água da rede pública no ápice do verão que afetou a cidade inteira. Na ocasião, dezenas de rizicultores trancaram as águas do rio para servir seus arrozais. Madalena observou que um processo possessório a respeito estava extraviado e, mesmo assim, era necessário restaurar antiga liminar. O inusitado da história toda foi que o oficial de Justiça, ao tentar cumprir o mandado do Juiz, foi jogado dentro da água por alguns agricultores que não aceitavam o cumprimento da ordem judicial. Madalena, então, se viu obrigado a requisitar o auxílio da Polícia Militar, que sitiou o local durante uma semana até restabelecer a ordem.

Outro episódio que ficou gravado em sua memória foi a sentença que absolveu uma cigana pelo fato de, segundo constava na denúncia, a acusada ter praticado estelionato ao se apoderar de uma galinha pertencente a uma Agricultora. "Entendi que as pessoas já sabem de antemão que existem 'ciganas' que montam simples esquema ardiloso e pegam das próprias mãos da vítima o objeto visado. A minha sentença não foi reformada pelo Tribunal de Justiça de Santa Catarina, e foi, inclusive, publicada em sua Revista de Jurisprudência, por constituir um fato atípico", contou ele.

Mas, entre tantas histórias que vieram à lembrança de Madalena, nenhuma é tão inusitada quanto a que aconteceu no período em que trabalhou em Gaspar. Um preso local, condenado por furto, enviou ao gabinete do Juiz um bilhete contendo uma ameaça de morte escrita com sangue. Imediatamente, Madalena o chamou até a sala de audiência para questioná-lo sobre tal ameaça. O preso respondeu que usou do artifício apenas para realizar um sonho. Explicou que Deus estava a lhe exigir que colocasse uma pequena cruz de madeira no topo do Morro do Baú, o ponto mais alto da região de Gaspar. Divertindo-se com a história, Madalena revela seu desfecho: "Respondi que estava comovido por esse ato de fundo religioso e, portanto, permitia que realizasse seu sonho com a seguinte condição: 'O senhor irá algemado e escoltado por dois Policiais Militares fortemente armados'; no que ele retrucou: 'Doutor, então estou desistindo'".

No entanto, o "causo" mais marcante na carreira de Madalena foi protagonizado pelo próprio, quando requereu aposentadoria precocemente, em 1991, porque discordava de algumas atitudes da Corregedoria. "A Corregedoria, erroneamente, não entendia que a falta de maior produtividade não era resultado do trabalho de seus operadores, mas sim da falta de estrutura do Poder Judiciário, notadamente pela carência de melhores recursos humanos e materiais, como cursos de capacitação para os operadores e equipamentos melhores", explica ele, que considera esse o único ponto negativo de todos os seus anos como Magistrado.

Depois de sua aposentadoria, Madalena decidiu investir na produção acadêmica, com o intuito de colaborar com a cultura jurídica. Entre os trabalhos publicados estão mais de cinco livros e inúmeros artigos veiculados em sites e revistas especializados em conteúdos jurídicos. O que importa para Madalena é não parar e jamais deixar que a paixão e o respeito que sente pelo Direito esmoreçam. Por isso, garante que a aposentadoria não é e nem deve ser "o fim da linha", e aconselha colegas e futuros Juízes: "Já ouvi Magistrado dizer: só aprendi a julgar e não saberia o que fazer depois do ato de aposentadoria! Vão conselhos: exerça o Magistério e/ou a Advocacia; seja Conciliador, ou ainda passe a escrever trabalhos jurídicos", pontua.

Madalena se define como uma pessoa feliz, satisfeita com a vida que construiu, tanto no âmbito pessoal quanto no profissional. Valoriza os laços familiares e a força que sempre recebeu dos seus e manifesta grande orgulho dos três filhos, tendo o primogênito e o caçula seguido a mesma carreira do pai. Hoje, possui uma rotina tranqüila, divide seus dias entre o sítio e as praias de Balneário Camboriú, cidade na qual sempre desejou morar, e dedica-se também à produção de artigos. "Tudo que fiz para mim e à minha família foi valioso. O que desejo fazer é viver em paz, com amor e saúde", avalia ele.